

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/13336	19959/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CC/01/26/DCP - Concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação e exploração de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos.		
Unidade Administrativa		
DFGE - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: submissão à Assembleia Municipal a proposta de deliberação de adjudicação.

Ao abrigo do artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, «Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias»; nesse seguimento, «Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios: b) da Energia; k) do Ambiente e saneamento básico; m) da Promoção do desenvolvimento;»

- Dispõe ainda o artigo 33.º, que compete à câmara municipal: ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal; qq) Administrar o domínio público municipal; ccc) Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta.».

- Dispõe ainda o artigo 33.º n.º 1, alínea "f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba";

Considerando que foi deliberado aprovar, em reunião da AM de 19/09/2025 o Concurso Público para a Concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação e exploração de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar a adjudicação do procedimento em causa.**

Face ao exposto, e concluído o procedimento CC/01/26/DCP - Concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação e exploração de pontos de carregamento de baterias



de veículos elétricos, submete-se à apreciação e deliberação do órgão executivo a aprovação das seguintes decisões, nos termos do Código dos Contratos Públicos:

1. **Decisão de adjudicação e respetiva notificação**, de acordo com os artigos **76.º** e **77.º** do CCP, a favor do concorrente proposto como adjudicatário em cada lote;
2. **Redução do contrato a escrito**, nos termos do artigo **94.º** do CCP, considerando a natureza e valor do objeto do contrato;
3. **Aprovação da minuta dos contratos a celebrar**, elaboradas nos termos e para os efeitos do artigo **98.º** do CCP;
4. Apreciação e aprovação do Relatório Final do procedimento e da Informação de adjudicação proposta, nos termos do artigo 148.º do CCP.

Mais se propõe que, **uma vez deliberado**, se proceda:

- às notificações legalmente exigidas aos concorrentes,
- à publicitação aplicável na plataforma eletrónica,
- e às restantes formalidades subsequentes necessárias à celebração e execução do contrato.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Parecer

Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar a adjudicação do procedimento em causa.

A chefe da DCP,

14/4/2026

Despacho

Com fundamento na presente informação, concordo com as propostas constantes do ponto 3.º da mesma, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo a presente ser submetida à necessária autorização e aprovação da Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, a aprovar na próxima reunião de Câmara.

O Presidente da Câmara, / .

17/4/26.

1. Informação

Data

14/04/2026

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Parâmetro base (s/ IVA)	Proposta adjudicada (s/ IVA)	Prazo execução
11/1/26/DCP	5%	42%	10 anos
Objeto	Concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação e exploração de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos		
CPV	65320000-2 Exploração de instalações eléctricas		

3. Propostas de aprovação

- a. Decisão de adjudicação e notificação de adjudicação (76.º e 77.º);

- b. Redução do contrato a escrito (94.º);
- c. Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º);
- d. Relatório Final (124.º).

4. Órgão competente

Ao abrigo do artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, «Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias»; nesse seguimento, «Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios: b) da Energia; k) do Ambiente e saneamento básico; m) da Promoção do desenvolvimento;»

- Dispõe ainda o artigo 33.º, que compete à câmara municipal: ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal; qq) Administrar o domínio público municipal; ccc) Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta.».

- Dispõe ainda o artigo 33.º n.º 1, alínea "f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba";

Considerando que foi deliberado aprovar, em reunião da AM de 19/09/2025 o Concurso Público para a Concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação e exploração de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar a adjudicação do procedimento em causa.

5. Abertura do procedimento

Por deliberação da AM de 19/06/2025, sob proposta de 08/09/2025 da Câmara Municipal foi autorizada a abertura do procedimento, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

6. Prorrogação dos prazos de apresentação das propostas

Em cumprimento com o disposto no artigo 64º do CCP, no procedimento em causa não houve necessidade de efetuar a prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas.

7. Pedidos de esclarecimentos

Durante o prazo estipulado no n.º 1 artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, foram solicitados esclarecimentos sobre a interpretação das peças do procedimento.

8. Erros e omissões

Foi apresentada lista de erros e omissões nos termos do artigo 50º do CCP.

9. Apresentação de propostas

No dia 17 de março de 2026, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

Propostas Recebidas (6)

Admitidas (1) Qualificadas (0) Desqualificadas (1)

Visualizar lista [Por propostas](#) [Por estado](#)

Referência	Fornecedor	Data de Entrega	Valor Global	Estado
202603161917	Smartwatt - Energy Services, S.A.	16-03-2026 19:20:37 +00:00 UTC	1,00 €	Proposta Desqualificada
202603161828	Ecoinside - Soluções em Ecoeficiência e Sustentabilidade Lda	16-03-2026 18:34:14 +00:00 UTC	5,00 €	Em análise
202603161550	Mota-Engil Renewing, S. A.	16-03-2026 16:01:54 +00:00 UTC	31,00 €	Em análise
202603161233	dte, instalações especiais, s.a	16-03-2026 12:39:25 +00:00 UTC	42,00 €	Em análise
202602021437	Gold Energy - Comercializadora de Energia, S.A.	13-03-2026 21:56:07 +00:00 UTC	37,00 €	Em análise
Petrogal 26-066	Petrogal, SA (Galp Energia, SGPS, S.A.)	13-03-2026 16:17:25 +00:00 UTC	34,00 €	Em análise

10. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 25 de março de 2006, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia no mesmo dia, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

11. Proposta de adjudicação

De acordo com o relatório final, de 14 de abril de 2026, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação da proposta ao concorrente DTE, INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A.

12. Caução

De acordo com o previsto no caderno de encargos, vai ser exigida caução, nos seguintes termos:

- a. O adjudicatário será notificado da adjudicação, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no n.º 1 do artigo 91.º do CCP.
- b. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 2%, nos termos do artigo 89.º, n.º 1, do CCP, do preço total do contrato, e pode ser prestada:
 - i. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao Programa de Concurso, que dele faz parte integrante.
 - ii. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao Programa de Concurso, que dele fazem parte integrante.
- c. Pode não ser exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
- d. A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.

13. Redução do Contrato a escrito

13.1. Exigível

Fundamentação de Direito	De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, quando exista previsão expressa no programa de concurso.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, a cláusula 26. ^a do programa de concurso exige outorga de contrato.

13.2. Prazo de Suspensão

13.2.1. Aplicável

Fundamentação de Direito	De acordo com o n.º 2 do artigo 104º, o prazo de 10 dias de suspensão para a outorga do contrato, decorridos data da notificação de adjudicação a todos os concorrentes e a outorga, não é aplicável quando: a) O contrato tenha sido celebrado ao abrigo de um procedimento de ajuste direto ou de consulta prévia ou, nos demais procedimentos, quando o anúncio não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); b) Se trate da celebração ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade; c) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o procedimento não foi publicado no JOUE, uma vez que foi adotado o CP, pelo que o prazo de suspensão não é aplicável.

14. Outorga do Contrato

No âmbito do Município de Braga, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 106.º do CCP e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, **competem ao Presidente da Câmara Municipal a representação do Município na outorga dos contratos públicos**, salvo disposição legal em contrário ou delegação expressa de competências.

15. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto no art.º 81º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº 21 do programa de concurso **(5 dias após a notificação da adjudicação)**.

16. Anexos

- a. Relatório Final;
- a. Minuta de Contrato.

O Gestor do Procedimento
